



1022



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 24

SÁBADO, 13 DE FEVEREIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2ª SESSÃO, EM 12 DE FEVEREIRO DE 1992

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República
— Nºs 111 e 112/93 (nº 79 e 80/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Comunicação da Presidência
— Recebimento da Mensagem nº 110/93, (nº 77/93, na origem), através da qual o Presidente da República encaminha Relatório referente à visita oficial que realizou à cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, entre os dias 27 e 28 de dezembro último.

1.2.3 — Comunicação
— Do Senador Álvaro Pacheco, de ausência dos trabalhos da Casa; no período de 13 a 20 de fevereiro de 1993.

1.2.4 — Discursos do Expediente
SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Falecimento da ex-Primeira-Dama do Estado de Sergipe, Srª Emília Marques Pinto Garcia. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado no *Jornal A Tarde*, de Aracaju, edição de 7-2-93, intitulado Adeus, Amiga.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Denúncia da situação de calamidade do Nordeste em virtude do agravamento da seca naquela região. Ação do Governador Ciro Gomes, do Ceará, em obras de combate à seca.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 2/93, (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional). **Em fase de discussão** (3ª sessão), tendo usado da palavra os Srs. Jarbas Passarinho, Eduardo Suplicy e Garibaldi Alves Filho.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 33 a 39, de 1993

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 94 a 102, de 1993

4 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 3, de 1993

5 — ATAS DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares**Ata da 2ª Sessão, em 12 de fevereiro de 1993****8ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nabor Júnior****ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Chagas Rodrigues – Epitácio Cafeteira – Garibaldi Alves Filho – Henrique Almeida – José Richa – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusam o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE**MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****De Agradecimento de Comunicações**

Nº 111 e 112, de 1993 (nº 79 e 80/93, na origem), de 10 do corrente, referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nº 15 e 16, de 1993, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 110, de 1993 (nº 77/93, na origem), de 10 de fevereiro corrente, através de qual o Presidente da República encaminha Relatório referente à visita oficial que realizou à Cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, entre os dias 27 e 28 de dezembro último.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exa., em obediência ao disposto no art. 39, alínea a do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, para breve viagem ao exterior, no período de 13 a 20 de fevereiro de 1993.

Atenciosas saudações — Senador **Álvaro Pacheco**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. (Pausa)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os Governadores de Sergipe que mais trabalharam e lutaram pelo seu desenvolvimento, pela solução dos problemas relacionados com seu progresso e bem-estar de seu povo, destaca-se um cidadão, um político, a quem muito fui e sou ligado por laços de colaboração, amizade e parceria política.

Em sua campanha para o Governo do Estado, fui um dos pioneiros a aderir a sua candidatura e a participar de comícios e programas de rádio para viabilizar a sua eleição, e o fiz com a convicção de estar contribuindo para colocar no Governo do Estado um homem experiente e de grandes méritos que deixou o seu nome inscrito em obras indispensáveis ao desenvolvimento de Sergipe.

O seu governo foi marcado por obras importantes, principalmente aquelas de cunho social, onde teve a valiosa e indis-

pensável colaboração de sua esposa que projetou, de forma admirável, o perfil e as potencialidades das grandes funções sociais de Primeira-Dama do Estado.

Assim, num artigo publicado pelo Jornalista Junot Silveira, é definido o caráter de sua personalidade:

"Aquela dama simpática, acostumada à vida no Palácio e a boas residências, voltava-se de corpo e alma, com quase toda a família, para atender aos carentes", para cujo serviço mandou adaptar uma antiga garagem de bondes elétricos como um moderno centro de reabilitação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma grande amizade sempre ligou essa família que passou pela política e pelo Governo de Sergipe, deixando marcas indeléveis de relevantes serviços prestados ao Estado e à sua população.

Infelizmente, na atividade política ocorrem essas manifestações mesquinhas da natureza humana, como a intriga, que tanto contribuem para dividir e afastar os amigos e as famílias.

Quando, no período de 1966 a 1970, fui Governador de Sergipe, era, então, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado um filho desse ex-Governador de Sergipe a que me refiro e, estando em vigor o chamado AI-5, por razões absolutamente alheias a qualquer interferência ou participação de minha parte ou de minha equipe de Governo, foi o já então e ainda hoje ilustre filho de Sergipe cassado em seus direitos políticos.

O constrangimento mútuo, os que me faziam oposição e a calúnia se encarregaram de nos estremecer, graças a Deus por pouco tempo, pois a verdade foi logo restabelecida e a amizade e a consideração que nossas famílias sempre mantiveram resistiram sem maiores desgastes a este incidente histórico e político.

Passada essa aragem de mal entendido, voltamos a nos entender e nossas famílias a manter a tradição de amizade que sempre existiu ao longo de todos esses anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de toda essa movimentação política, ocorrida recentemente, com o desfecho do *impeachment*, entre outras lições que ficam a esta e às próximas gerações, restou uma afirmação profundamente sábia e verdadeira:

"O tempo é senhor da verdade". E eu acrescento: "que nada perde quem tem paciência de esperar", principalmente aquelas consciências que gozam da paz dos justos.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, falo hoje, com muito pesar, do falecimento de D. Emília Marques Pinto Garcia, esposa do ex-Governador de Sergipe, Luiz Garcia, cujo falecimento trouxe muita tristeza e dor a uma grande parcela do povo sergipano que conviveu com ela durante o período em que residiu em Aracaju e quando pôde mostrar a sua preocupação, o seu idealismo e o seu laborioso desempenho à frente das obras sociais do Governo, quando ajudou e assistiu a tanta gente necessitada e carente.

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Lourival Baptista, desejo me associar a esta homenagem que V. Exª presta, neste instante, à Exmª Srª D. Emília Garcia, recentemente falecida, esposa do grande Governador Luiz Garcia. Relembro a V. Exª que quando exerci a Presidência da Assembleia Legislativa do Ceará, e Governador daquele Estado o Dr. Luiz Garcia, tive o privilégio de ser recebido pela Primeira

Dama e por ele próprio, numa recepção que me sensibilizou, porque significava também uma homenagem ao Poder Legislativo do meu Estado que eu, então, representava. E, no contato que mantive com a Primeira Dama, pude aferir as suas extraordinárias qualidades de mulher dinâmica, realizadora, voltada para as questões relacionadas com os carentes, não apenas de Aracaju, mas de todo o Estado de Sergipe. Portanto, no instante em que V. Exª presta o tributo de sua saudade àquela mulher extraordinária, inspiradora das lutas do Governador Luiz Garcia, desejo me solidarizar e fazer chegar essa manifestação à família Garcia, de forma particular, ao Dr. Gilton Garcia, Deputado Estadual tantas vezes como eu, que teve o privilégio de chegar à Presidência da Assembleia de Sergipe.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Presidente Mauro Benevides, pelo seu aparte cheio de emoção, com palavras que partiram diretamente do seu coração a essa dama virtuosa que foi D. Emília Marques Pinto Garcia.

O aparte de V. Exª em muito enriquece esse pronunciamento de saudade que faço na manhã de hoje à saudosa dama sergipana D. Emília Marques Pinto Garcia.

Muito grato, eminente Senador Mauro Benevides.

D. Ninota, Sr. Presidente, como era carinhosamente chamada pelos amigos e pela população, devido a essa mania brasileira, e principalmente nordestina, de tratar as pessoas pelo seu apelido familiar e afetivo que, na realidade, é mais um gesto, um hábito de se dirigir à dimensão mais humana das pessoas, era uma figura admirável e querida que existia na Exmª Srª D. Emília Marques Pinto Garcia, esposa do Governador, que também foi por várias legislaturas Deputado Federal, mãe de Deputado Estadual e Federal que também foi Governador e membro de imensa família de pessoas ilustres.

A sua atuação discreta e dedicada nas obras sociais tinha muito do jeito e do método de minha saudosa esposa Hildete, de quem era amiga, desenvolvia o seu trabalho junto às pessoas carentes das ruas e marquises de Aracaju e no Instituto Lourival Fontes.

Junot Silveira, Professor e Jornalista, Editor-Geral de *A Tarde* na Bahia, de quem era cunhado, traça em seu artigo, escrito com muita sensibilidade e emoção, o perfil de D. Emília e expressa o sentimento das pessoas que lhe admiravam as qualidades, lhe tinham gratidão e queriam bem, com um poema: "E estas lágrimas, correndo por dentro e por fora de cada um, formaram um rio simbólico, levando mensagens de saudade a uma amiga inesquecível. Um rio também de flores para melhor homenagear um coração sem amargor."

Finalizando, Sr. Presidente, desta tribuna do Senado envio o meu abraço, o meu sentido pesar ao ex-Governador e ex-Deputado Federal Luiz Garcia, ao ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal e ex-Governador do Amapá, Gilton Garcia, aos demais filhos de D. Emília Marques Pinto Garcia, seus familiares, e me associo a todos que lamentam o seu falecimento e reverenciam a sua memória.

Peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do artigo a que me referi, de autoria de Junot Silveira, publicado em *A Tarde*, edição de 7 de fevereiro de 1993, intitulado "Adeus, amiga".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A Tarde — Salvador, Bahia — Dominó 7-2-93

ADEUS, AMIGA

(Junot Silveira)

Ai, minha cunhada, minha amiga, minha irmã afetiva, só muito tarde eu soube que você deixou a Terra. Já antes eu soubera da sua enfermidade, mas não que se agravava tanto, que se fizera fatal. E você sabe por que, em outra rua, em outra capital, em outro estado eu também muito sofria? E por muito sofrer no estado de saúde que se me fizera crítico, certas coisas de familiares e amigos já ocultavam de mim.

Assim como o sofrimento de alguém. O tormento de um amigo, os momentos finais de um parente, a dor mortal de um bem-querer. Quem me queria e quer, vendo, dia e noite, o meu padecer causado por doença de ordem emocional, via-se obrigada a não me transmitir certas notícias. Notícias tristes. Notícias de angústia. Notícias de morte.

Notícias de pessoas, dessas amizades inesquecíveis. Lembro, a propósito, que, dentre muitas delas, Emília Marques Pinto Garcia era das mais cativantes e graciosas, sempre mais conhecida e apoiada no seu popular apelido de Ninota. Não sei por que tal apelido. A sua procedência, as suas raízes as suas origens. Sei que ela já saltava do carro toda preparada, toda arrumada, sempre elegante. Mas, com o mesmo sorriso espontâneo e bonito com que acolhia parentes e amigos, gente de posição social e de recursos, tinha o mesmo modo agradável para receber os amigos pobres, que eram muitos, e as pessoas humildes, que eram inúmeras.

E foi então como secretário do seu marido, o então governador Luís Garcia, que sugeri transformar e adaptar o depósito de bondes elétricos por um moderno centro de reabilitação. Eles dois e outras pessoas vibraram com a nova obra social. Tanta atenção Ninota voltou àqueles que a procuravam, como se estivesse fundando e mantendo um novo lar. Não apenas um lar de ternura, de afeto, de carinho, mas igualmente de esforço, dedicação e cuidados. Aquela dama simpática, acostumada à vida no palácio e a boas residências, voltava-se de corpo e alma, com quase toda a família, para atender aos carentes.

Não era nenhuma surpresa que assim acontecesse. Mulher de político, que há muitos anos acompanhava numerosas campanhas, conhecida e destacada a um só tempo pela sua elegância e simplicidade, resolveu prestar serviços sociais em larga escala.

Soube que ela morreu, um mês após o dele falecimento. Foi uma dor muito pesada para mim. E tenho certeza de que muitos ricos e pobres choraram o seu falecimento. Carentes e humildes, derramaram lágrimas. E essas lágrimas, correndo por dentro e por fora de cada um, formaram um rio simbólico levando mensagem de saudade a uma amiga inesquecível, um rio também de flores para melhor homenagear um coração sem amargor.

Junot Silveira é professor, jornalista e editor geral de *A Tarde* dominical.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º — Secretário

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues). — Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha inscrição hoje, na lista dos oradores, prende-se ao dever, como representante de um dos estados do Nordeste, de denunciar a situação de calamidade vivida pela nossa Região, com o agravamento do quadro de seca, de falta de chuvas.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que ontem o Senador pela Paraíba, Ney Suassuna, se antecipou ao meu pronunciamento e, na verdade, trouxe — com tintas que não diria carregadas, porque são da realidade da nossa Região — o quadro que vive o Nordeste nos dias de hoje.

Certamente, o Senador Ney Suassuna, que recentemente se investiu do mandato de Senador nesta Casa, também se sentiu no dever de denunciar essa situação. E S. Exª o fez até com mais veemência do que eu, diria até mesmo com mais entusiasmo, porque, tendo apenas poucos dias nesta Casa, não tinha S. Exª, como tenho hoje, a sensação de falar sobre seca num plenário como este, um assunto que se tornou cansativo e não traz o impacto que deveria trazer diante do quadro que todos enfrentamos em nossa Região.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há muita coisa a acrescentar, no dia de hoje, ao que disse o Senador Ney Suassuna. Não há fato novo a denunciar, até porque S. Exª foi secundado pelos depoimentos de vários Senadores que fizeram ver, prestaram seus depoimentos a respeito da difícil situação em que vivem os seus estados.

A situação da Paraíba não é diferente da do Rio Grande do Norte, da do Ceará, não é diferente de nenhum Estado do Nordeste. Poderia diferir apenas pelo seguinte fato, com relação ao Estado do Ceará: ocorre que o Governador do Ceará está dando conhecimento à Nação de que, mesmo que não tenha responsabilidade constitucional de enfrentar a seca, o seu Estado está dispendendo bilhões de cruzeiros, empregando 200 mil homens nas frentes de trabalho para dar ocupação àqueles que não a têm naquela região.

Isso não vem acontecendo no meu Estado. Infelizmente, o Governo do Rio Grande do Norte não se sentiu responsabilizado pela elaboração de um programa, como acontece no Ceará.

Novamente, nesta sexta-feira, mesmo sem oportunidade de travar o debate, como ocorreu ontem, até porque na sessão de hoje não estão presentes os Senadores do Nordeste, que ontem aqui compareceram, quero deixar patenteada a minha angústia em face da situação existente em nossa Região. Quero, também, pedir às autoridades da República, especialmente ao Presidente Itamar Franco, que ontem recebeu dos Governadores do Nordeste o relato do que viram no México referente ao combate à pobreza, que Sua Excelência, sendo nordestino — baiano — apesar de sempre ter vivido em Minas Gerais, não faça como fez, infelizmente, o nordestino Fernando Collor de Mello. Não se trata de atirar pedras em quem já caiu, em quem já deixou a Presidência da República, pois todos sabem que o Presidente Fernando Collor de Mello, apesar de a nossa Região ter enfrentado, no período de seu governo, uma seca rigorosa, nada fez com recursos da União para combater os efeitos da estiagem.

Esperamos que se encontre uma saída em relação a tudo aquilo que foi dito aqui ontem por todos os Senadores do Nordeste: que a nossa Região tenha um plano de combate

à pobreza de médio e longo prazo e que não se busque apenas soluções paliativas quanto ao problema da estiagem.

Santo de casa não faz milagre, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Por isso mesmo os Governadores que estiveram, ontem, com o Presidente disseram que no México a comunidade está envolvida num programa de combate à pobreza.

Já tivemos oportunidade de enfrentar situações de seca, envolvendo a comunidade. Os Governadores Tasso Jereissati e Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, durante a seca de 1987, executaram programas que envolveram a participação da comunidade no combate aos efeitos da seca. Não foram programas que continuaram porque os recursos dos governos estaduais não têm esse alcance de fazer perdurar programas ano após ano.

Diria que a experiência levada a efeito por aqueles programas estaduais, envolvendo a comunidade, constituiu-se numa experiência de êxito, de sucesso. O ditado popular mais uma vez se aplica: "santo de casa não faz milagre". É preciso ir ao México para reconhecer-se que o envolvimento da comunidade é fundamental em programas como esse.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica aqui, o novo apelo de um Senador do Nordeste. A situação está se agravando, tanto na zona rural quanto na urbana. Até mesmo na zona urbana a situação de falta d'água já é uma realidade. Tanto numa quanto noutra a situação é de calamidade em muitas comunidades da Região Nordeste. É preciso tomar providências. Ontem, desta Tribuna, fiz questão de exaltar a atitude do Governador do Ceará que resolveu investir recursos próprios no combate à seca. Faço aqui um apelo não apenas ao Presidente da República, mas também aos Governadores da Região para que, realmente, procedam como o Governador do Ceará.

Se a situação da economia dos outros estados não é a mesma do Ceará, mas sendo, também, situação de calamidade pública, é preciso que, realmente, se faça — eu diria assim — o "milagre da multiplicação dos pães"; se procure, de alguma maneira, enfrentar a situação de calamidade e de seca que vive a Região Nordeste.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a, mais uma vez, traz a esta Casa os problemas do Nordeste; por mais de uma vez, tenho tido a honra de apoiá-lo nessa luta que não é de uma região, é uma luta do Brasil. Como V. Ex^a, defendo que o Governo Federal, os governos estaduais e, sobretudo, a Bancada nordestina precisam encontrar um meio de criar condições definitivas de solução de um problema, que vem se arrastando a séculos, não é difícil combatê-lo, desde que com obras definitivas e com assistência ao trabalhador rural de nossa Região. Enquanto isso, vemos todos os dias programas habitacionais serem lançados, que não deixam de ter valor sobre o cunho social, mas, sobretudo, não há, Senador Garibaldi Alves Filho, como projetar casas populares se não há condições de vida nas Regiões a que se destinam. Antes de tudo, é preciso fixar o homem ao campo, dando-lhe subsídios para trabalhar. Temos assistido ao êxodo rural, ao empobrecimento da Região, sem que medidas definitivas sejam adotadas, sem que o próprio homem participe das obras a serem realizadas. A cada ano, a cada período de estiagem, alguns homens de consciência, como V. Ex^a e tantos outros, imploram ao Governo Federal

soluções que não chegam nunca. Ontem, o nobre Senador Jarbas Passarinho teve a oportunidade de falar sobre o problema secular da fome, da miséria. A imprensa veiculou notícias no sentido de que alguns Governadores foram ao México em busca de soluções para o combate à fome. Acredito, em verdade, que os meios estão aqui mesmo. Precisa-se é de decisão política, vontade de resolver, de apoiar, sobretudo os menos favorecidos, porque deles vem a produção nacional. Solidarizo-me com V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço, nobre Senador Magno Bacelar, a solidariedade de V. Ex^a, homem sensível ao drama da nossa Região.

Como sabe V. Ex^a, há poucos dias, enfrentamos as consequências desse êxodo rural, em relação à distribuição das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios. Os municípios do Nordeste diminuíram, em população; conseqüentemente, os coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação foram reduzidos. Como essa, surgirão outras conseqüências desse problema que vem se agravando na nossa Região.

Acredito, associando-me ao que foi dito ontem pelo Senador Ney Suassuna, que é preciso implementar um programa de grande envergadura, trazendo novamente para a linha de frente a Sudene. Como podemos observar, hoje, quando se fala em seca, em fome no Nordeste, já não se aborda mais a Sudene. Essa afirmativa pôde ser comprovada ontem: durante o debate, do qual V. Ex^a participou, a Sudene não foi referida uma única vez, o que traduz a indiferença, o desencanto dos nordestinos em relação à atuação daquele órgão.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, à frente da Sudene encontra-se agora um jovem, um líder, Cássio Cunha Lima, filho do Governador da Paraíba. Ainda assim, sinto que, para sacudir a Sudene, para tirá-la do torpor, do estado letárgico em que vive, o Governo Federal deve adotar uma nova atitude perante o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como eu havia dito anteriormente, este pronunciamento não tem grandes pretensões, uma vez que o discurso do Senador Ney Suassuna, ontem, foi de tal maneira veraz, brilhante, que não me deixou mais espaço, a não ser o de clamar, como S. Ex^a para que as autoridades federais voltem a atenção para a situação em que vive o nosso Nordeste.

O SR. Magno Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Magno Bacelar — Desculpe-me discordar, mas o discurso de V. Ex^a é da maior importância. A seca, a fome, a miséria são questões que desafiam os brasileiros e agravam a situação entre os dois países: um, cada dia mais pobre; o outro, a enriquecer com o fruto do trabalho dos que abandonam a nossa região. V. Ex^a referiu-se ao esvaziamento da Sudene. Ocorre, nobre Senador, que ela não dispõe de recursos, de projetos e, sobretudo, de pessoal capacitado. O desencanto desses anos e a péssima remuneração fizeram com que os técnicos saíssem e obtivessem abrigo nas grandes empresas, favorecidas até mesmo pelos incentivos da Sudene. Existe tendência dos tecnocratas do atual Governo em examinar a extinção dos órgãos; queira Deus que não queiram extinguir a Sudene. Vejam o que aconteceu com o Banco da Amazônia, sobre o qual já se pronunciou o nobre Senador Jarbas Passa-

rinho. Talvez falte a esses tecnocratas conhecer a importância das agências de alguns bancos, que representam, para muitas cidades e povoados, o único elo com desenvolvimento. Tenho ouvido comentários sobre a extinção da Caixa Econômica Federal ou a sua junção com o Banco do Brasil. Se a tendência for eliminar esses organismos, que representam muito para o nosso desenvolvimento, lamentavelmente, a situação tende a piorar. Volto a parabenizá-lo e a incentivá-lo. Se todos nos uníssemos em defesa de teses como essas, teríamos, pelo menos, o mérito de apelar para sensibilidade desses técnicos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Nobre Senador Magno Bacelar, concordo com V. Ex^a. Se amanhã a Sudene chegar a ser extinta, o mais lamentável é que o seu funeral não seria chorado. Na medida em que a Sudene se esvazia, a sociedade nordestina se distancia da sua ação. Extinguir a Sudene seria cometer um crime contra o Nordeste; esse crime, portanto, porém não teria a repercussão que desejávamos.

Na verdade, a região Nordeste se esvaiu em termos de recursos, os órgãos de planejamento perderam a sua credibilidade. Os Governadores do Nordeste comparecem à Sudene, mas já não têm o mesmo empenho na presença, na participação. Há, da parte dos Governadores, um certo descrédito em relação ao que vão fazer na Sudene.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho — Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves. Creio que que já é um pouco tarde para que eu faça um curso de política nordestina. Ainda ontem, eu dizia, na tribuna, que considero essa uma das falhas da minha vida pública. Confesso a V. Ex^a que há opiniões contraditórias de nordestinos notáveis aos quais eu procurei para saber do ponto de vista de cada um sobre qual seria a solução global. Cito José Américo de Almeida, Ernani Satyro. Através deles, acreditei que a solução estaria na difusão, na multiplicação dos açudes. No entanto, a política realizada nesse sentido — V. Ex^a sabe disso melhor do que eu — pode ter levado a um privilégio, na ocasião da construção de açudes, de determinadas categorias sociais, e não serviram ao povo como um todo. Outros me falaram num lençol freático, através do qual se poderia obter uma sucessão conveniente e adequada de poços artesianos. E ontem, quando debatíamos esse assunto aqui, ouvia, com o maior interesse, o discurso do Senador Ney Suassuna e os apartes que ele causou, quando um ilustre nordestino, que já teve experiência executiva, disse que não se tratava disso, que o problema não é a água, porque água — voltou-se para o Senador Magno Bacelar — tem no Maranhão. O Maranhão tem água à vontade. Mas o problema talvez tivesse sido apenas — quando eu mesmo tive audácia de contrapor ao argumento — jungido ao polígono das secas, quando se fala do problema de água. Agora, note a diferença. Nós no Norte sofremos pelo excesso de água. Quando cometi o meu crime contra a literatura num romance que foi premiado porque diziam os meus adversários que eu era o único concorrente — e, depois, teve uma segunda edição — e diziam também que isso ocorreu porque eu havia chegado a Governador — e, finalmente, foi traduzido. Hoje tenho o romance traduzido e traduzido para o Português de Portugal. Foi publicado lá e tive que aceitar um acordo ortográfico para isso. A minha ambição, naquele momento, foi exatamente caracte-

rizar o tipo do homem que sai do Nordeste, tanguado pela seca — aquela bruta seca de 17 e depois a dos anos 20 — e vai mais tarde sofrer excesso de água na região Amazônica, onde ele fazia trabalho escravo. Mas as nossas terras são pobres e as terras do Nordeste, ao contrário, são ricas. Com a chuva, com uma descarga pluviométrica razoável, o Nordeste tem uma capacidade de produção muito maior do que nós no Norte. Agora note a origem disso tudo, nobre Senador Garibaldi Alves Filho. Foi a Constituinte de 46, através de um representante do Amazonas, que criou a SPVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que deveria destinar 3% da receita tributária da União para essa instituição. O Plano que veio para ser examinado, ficou aqui durante 11 anos e nunca foi aprovado. Mas, devo confessar a V. Ex^a que se os Presidentes da República foram todos atacados no Norte por não terem destinados os 3% que a Constituição determinava, se eles tivessem feito, nós não saberíamos como aplicar. A SPEVEA, naquele momento, se transformou em quê? Transformou-se num acréscimo dos orçamentos dos Estados e dos Territórios. Como eram nove representantes de Territórios e Estados e sete técnicos, chamados federais, eles eram a maioria e repartiam, retalhavam, o orçamento da SPVEA, aumentando os seus próprios orçamentos estaduais. Não havia plano. Da SPVEA é que surgiu a Sudene. O Nordeste, sentindo que o Norte estava recebendo aquele tipo de benefício, teve a capacidade de reivindicar e, então, surgiu esse órgão em muito melhor condição de administração. Reconheça-se isso claramente. Ontem, o Sr. Senador Ney Suassuna ainda disse: "A Sudene foi tão boa que depois criou a Sudam". A Sudam foi o nome que a SPVEA teve, depois que a Sudene foi criada. E gostaria de ouvir a palavra de V. Ex^a, já ouvi a de representantes do Nordeste. E a presença da Sudene, com todo esse desconceito a que, hoje, se referem os próprios nordestinos, a que ela está sujeita, teve um papel importantíssimo na vida do Nordeste, na tentativa da diminuição das dificuldades regionais. E eu, apenas ontem, no final do meu pequeno discurso, fiquei um pouco chocado e foi isto que pedi, ontem, aos meus colegas nordestinos: não vamos transformar as nossas mágoas em acusações a outros Estados do Brasil. Fiquei um pouco preocupado, ontem. Pena que, hoje, não esteja aqui o nosso ilustre Colega pela Parafra, quando S. Ex^a disse que, no Rio Grande do Sul, quando ele chega, dizem: — Nós carregamos vocês nas costas; em outro Estado: de pires na mão. Isso não nos ajuda. Tenho a audácia de pedir que não façamos coro àqueles que começam a pensar que cada um de nós, isoladamente, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, transformados em países, seríamos melhores do que somos hoje, integrados na União brasileira. Tenho certeza absoluta que V. Ex^a partilha da minha opinião.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Jarbas Passarinho, eu queria me penitenciar, agora, diante de uma observação que V. Ex^a acaba de fazer. Cheguei a dizer, aqui, no auge da minha veemência, que a Sudene não tinha sido sequer referida no discurso do Senador Ney Suassuna, quando foi.

Agora, o enfoque do meu discurso é que já não se apela mais para a Sudene — não é que não se tenha falado dela. Antigamente, quando os nordestinos se sentiam, de certa maneira, desamparados, ou desassistidos, eles se voltavam para a Sudene, para que ela coordenasse as ações, visando a amenizar os problemas do Nordeste. Hoje já não se voltam as

atenções e nem se apelam mais para a Sudene. Foi esse o sentido da minha colocação, porque realmente o Senador Ney Suassuna chegou até a falar na Sudene como um exemplo, que V. Ex^a, agora, acaba de corrigir, porque o exemplo já veio da região Norte, veio antes.

Outra observação baseada no aparte de V. Ex^a, é com relação ao discurso do ressentimento. Penso que nós do Nordeste não podemos, de maneira nenhuma, estimular esse discurso ressentido, até porque V. Ex^a ontem falava sobre o problema da fome, posto que hoje que a questão da pobreza no nosso País alastrou-se pelo Brasil inteiro. Já não se pode falar mais do Nordeste pobre contra o Sul rico, porque as periferias das grandes cidades do Sul já contêm uma tal área de pobreza em torno da área central, que pode chegar a ser comparada até mesmo com a pobreza da região nordestina. Então, não há porque o representante do Nordeste chegar a uma Casa como essa e estimular o discurso do ressentimento. Nem o discurso do ressentimento, nem o discurso do pires na mão, o discurso da lamúria, do choro, do desalento.

V. Ex^a não estava aqui nesta Casa, mas gostaria, neste instante, de registrar — porque é uma coisa que, de certa maneira, me envergonha — que ao chegar aqui consegui aprovar no Senado uma Emenda à Constituição, pela qual uma vedação constitucional seria abolida, se chegasse a ser aprovada pelo Congresso Nacional como um todo, que impede que o petróleo transferido dos Estados produtores para outras regiões seja taxado pelo ICMS. A nossa província petrolífera, o Rio Grande do Norte com a fronteira do Ceará, chega a produzir, hoje, mais de cem mil barris de petróleo por dia. E creio, Senador Jarbas Passarinho — V. Ex^a deve ter conhecimento do fato, mas vou realçá-lo aqui —, que não chegamos a usufruir de quase nada, em termos de recursos, com relação a essa produção, porque nem mesmo o ICMS é cobrado. Isso para que V. Ex^a tenha uma idéia do que acontece hoje com relação ao petróleo que é produzido nesses dois Estados e também, hoje, no Estado de Sergipe, que já tem um pequeno quinhão na produção de petróleo.

O Sr. Jarbas Passarinho — Tomei conhecimento de que a produção, no Rio Grande do Norte — que, aliás, para uma certa tristeza minha, foi descoberta sem grande esforço pela Petrobrás, que procurava poço de água, enquanto a Petrobrás tem uma capacidade técnica indiscutivelmente notável no mundo — já ultrapassa o Rio Grande do Norte, já ultrapassa a Bahia. Pergunto a V. Ex^a: por que o Rio Grande do Norte não se beneficia do mesmo *royalty* de Campos, de que o Governador do Rio, por exemplo, se beneficia?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Jarbas Passarinho, o Rio Grande do Norte se beneficia de uma parte ínfima dos *royalties*. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, quando da discussão desta matéria a que fiz alusão aqui no Senado, provei, — creio que no início desta legislatura, e aí já se vão quase dois anos — que, se o ICMS estivesse sendo cobrado, o Rio Grande do Norte, naquela época, poderia estar arrecadando cerca de CR\$40 bilhões por ano. São cálculos daquela época, não os atualizei. E os *=royalties*,! mostrei-os através de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte; só estavam rendendo para o nosso Estado cerca de CR\$2 bilhões ao ano. Então, com esses dados, eu diria a V. Ex^a, irrefutáveis com relação à desproporção do que o ICMS poderia proporcionar, é que cheguei a sensibilizar a grande maioria dos Senadores, que chegou a aprovar essa emenda constitucional a nível de Senado.

Por isso, digo a V. Ex^a que sou contra o discurso do ressentimento e do lamento. A meu ver, nem um nem outro irão fazer com que o Nordeste possa ter dias melhores.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Garibaldi Alves Filho, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Garibaldi Alves Filho, voltamos a conversar sobre a questão dos incentivos fiscais regionais. Insisto em que, num determinado momento, o Governo Federal realmente tomou uma posição concreta e correta em relação à Amazônia e ao Nordeste no momento em que tentou fazer um planejamento integrado de cada uma dessas regiões. No entanto, de maneira bastante rápida, houve um desvio naquela finalidade, quer da Sudam, ou antigo SP-VEA, quer da Sudene, porque ambas se tornaram balcões de projetos, quer industriais, quer agropecuários, e perderam todo aquele conteúdo de reformular, de reestruturar a economia dessas regiões. Pelo próprio fato de que não foram condição essencial da estrutura produtiva de cada uma dessas regiões, esses órgãos foram perdendo progressivamente a sua capacidade de interferir no destino dessas regiões. Hoje contemplo, com muita tristeza, a existência de um pacto entre as elites do Sul-Sudeste e as do Norte-Nordeste, no sentido de manter a Sudam e a Sudene apenas como órgãos que, apanhando uma migalha dos recursos nacionais, distribuem-na para alguns privilegiados, para levarem adiante os seus projetos. E esses projetos, hoje, não alteram o perfil econômico ou a distribuição de renda dentro dessas regiões. O lastimável é que, em várias ocasiões que se tem levantado o problema, que me parece essencial, essa questão não seja levada a fundo, não seja discutida com mais profundidade. Assistimos ao esforço do Senador Beni Veras no sentido de discutir as desigualdades regionais. Tive oportunidade de assistir a uma das reuniões na qual abordava o seguinte ponto: quando foi que o Nordeste e o Norte fizeram um balanço do que a Nação despendeu na infra-estrutura econômica e social do Sul-Sudeste, em proporção a sua população e aos seus bens naturais? Quer dizer, o balanço de quanto a Nação gastou para criar estradas, fazer hidrelétricas, criar hospitais, fazer universidades, enfim, criar toda uma infra-estrutura capaz de, com os bens naturais do próprio Sul-Sudeste ou aqueles que ele importasse do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fazer o desenvolvimento dessa região. E, a partir desse balanço, reclamar do Governo Central os recursos de que hoje o Centro-Oeste, a Amazônia e o Nordeste necessitam para alterar a sua infra-estrutura econômica e social, e não mais conceder um, dois, três milhões de empréstimo subsidiados a determinados empresários. O Nordeste, que já tem uma razoável infra-estrutura econômica, precisa fazer com que a sua estrutura fundiária se altere. Sem essa alteração não vai adiantar, não se resolve absolutamente nada no Nordeste. E o que é pena, o que é mais lastimável é que, pelo crescimento demográfico que o Brasil tem e continuará tendo, o que vamos ver é a manutenção da corrente migratória da população do Nordeste para o Sul-Sudeste. Claro que ficarão no Nordeste pessoas de talento, trabalhadoras, mas é inquestionável que aqueles que são menos conformados com a situação de miséria e com a estagnação caminharão para o Sul-Sudeste, continuarão inflando as grandes capitais e hoje, até, já o interior de Estados como o Estado de São Paulo. Então, haverá uma concentração

dos mais aptos cada vez mais para o Sul e Sudeste. Há o fato também de extrema significação, que é o lucro. Como somos um País capitalista, na verdade, na medida em que importamos coisas do Sul-Sudeste, concentramos, também lá, essa mais valia, esse dinheiro a mais que vai em função do lucro. Então, a disparidade prossegue e tende a aumentar. O que temos de reclamar — diria — é menos reativação da Sudam, Sudene ou a criação de algum órgão de desenvolvimento do Centro-Oeste e mais a aplicação de recursos na infra-estrutura econômica e social das nossas regiões. Tome-mos como exemplo o Estado de Rondônia, que tem necessidade de energia. As despesas para terminar a hidrelétrica são gastos relativamente pequenos para um País da dimensão do Brasil. No entanto, Rondônia pádece ainda de consumo com energia a diesel. Veja-se Manaus: a solução dada para essa cidade foi absolutamente errada, em termos de produção de energia e assim por diante. Quer dizer, temos de reclamar a diminuição, por parte do Governo Federal, da diferença e das desigualdades entre as regiões, aumentando os seus dispêndios, seus investimentos na infra-estrutura econômica e social, deixando que o empresário tome suas próprias resoluções. Além disso, também há que se fazer uma alteração da estrutura fundiária dessas regiões, sem o que teremos apenas grandes hidrelétricas que vão fornecer energia para outros Estados, para outros elementos produtivos do nosso País. Lastimo ver, por exemplo, que se pensa em fazer uma hidrelétrica no Xingu apenas para exportar energia para São Paulo, quando o Pará é um Estado que tem condições de crescer. No Nordeste, até hoje não se terminou Xingó. Sem dúvida nenhuma, seriam soluções relativamente pequenas, quando siste à transferências de recursos brutais para se fazer metrô aqui, metrô ali, metrô acolá, enfim, obras que já são de supra-estrutura e que apenas concentram mais os investimentos do Governo Federal. Gostaria de fazer essa abordagem, sem que isso represente desprestígio à Sudene, à Sudam, mas na certeza de que são órgãos que, mantida a atual política e a atual diretriz, são perfeitamente dispensáveis para a economia nacional e para o crescimento e melhoria das condições da vida da nossa população nas nossas regiões.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador Almir Gabriel, V. Exª tem razão. Na verdade, tenho evitado ocupar esta tribuna para fazer, muitas vezes, o relato desse drama da seca, que fiz no início desse discurso, justamente para não receber a advertência que estamos sempre recebendo: de que, na nossa região, ficamos sempre colocando os nossos problemas, os nossos dramas e buscando soluções, muitas vezes, paliativas, sem uma avaliação de maior profundidade do quadro da nossa pobreza, do nosso desenvolvimento. V. Exª fez uma análise muito acertada com relação ao que representa hoje a Sudene e a própria Sudam, quer dizer, ao que elas estão reduzidas. Confesso que não fui tão feliz como V. Exª, que foi mesmo contundente. A Sudene, por exemplo, está reduzida a uma balcão de oferecimento de recursos, com subsídios, a uma minoria de empresários que lá podem chegar, credenciados através do FINOR, e nada mais do que isso. Então, era preciso ir mais além, fazer-se uma avaliação mais profunda, para que se pudesse realmente recuperar a credibilidade desses órgãos a fim de que eles se tornassem interlocutores válidos do Governo Federal, no sentido de que investimentos pudessem ser feitos na infra-estrutura da nossa região.

Não sei se apreendi o diagnóstico feito por V. Exª, mas, ao mesmo tempo em que agradeço o seu aparte, digo a V.

Exª que estou sempre evitando fazer esse pronunciamento para não ser realmente pilhado nem advertido de que só fazemos realmente chorar esse discurso de lamentação, que não constrói, que não vai mais além.

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Beni Veras — Obrigado. A propósito da Sudene, gostaria de fazer um ligeiro histórico: A Sudene foi criada para mudar a estrutura da região nordestina. Na época, ela foi motivada, foi lembrada a partir daqueles movimentos do Francisco Julião, na região canavieira de Pernambuco. Então, notou-se, naquela altura, que era importante que a estrutura social da região fosse mudada, principalmente a estrutura fundiária, que tinha na cana-de-açúcar a sua expressão mais legítima de desigualdade. Grandes lotes de terra, de boa qualidade, com boa pluviosidade, entregues à cultura canavieira que, seguramente, sabe-se, é péssima para a população, porque emprega apenas por um certo período de tempo, deixando os operários abandonados por seis meses. Viviam, naquela altura, a situação de barracão: recebiam o salário em vales para um barracão, que vendia mais caro os gêneros alimentícios para aqueles que trabalhavam na cana-de-açúcar. Aquilo fez surgir um drama nacional e, em virtude disso, criou-se a Sudene para buscar transformar a região. A Sudene foi fundada justamente — conforme diz Celso Furtado em todos os documentos — com a intenção de mudar a estrutura social da região Nordeste. Mas o que houve? Ela teve a má sorte de passar pelo ódio da elite nordestina naquela altura que, escudada na Revolução de 1964, foi capaz de realmente condená-la ao abandono. Ela sofreu um processo de esvaziamento enorme a partir daí, de desprestígio, chegando ao ponto em que hoje se encontra, de mero pastorador do Finor. Ou seja, ela, hoje, limita-se a administrar recursos que são repassados do País para os empresários. O Fundo Constitucional e o Finor são completamente repassados à iniciativa privada. Ora, essa não é a melhor maneira de se chegar a mudar a estrutura regional, que é o que se busca. Não se lutou pela empresa privada para que ela, em si, ficasse mais rica e mais poderosa mas, sim, para que ela fosse capaz de dar emprego à população da região. Então, a população continua sem receber dos órgãos regionais o apoio de que precisa. É necessário, portanto, que o papel da Sudene seja redefinido. Acho que ela não deveria ser extinta. Ela existe, tem uma história, e o seu papel pode ser corrigido. É mais fácil corrigir a sua ação do que extingui-la e tentar substituí-la por um novo órgão ou, simplesmente, deixar a região entregue ao seu próprio destino. Hoje, no Brasil, fala-se muito que o planejamento não é necessário, numa onda neoliberal. Isto é, deve-se deixar o País que o capitalismo se ajusta por si mesmo, corrigindo tudo. Isso não é verdade, e torna-se ainda mais falacioso numa região subdesenvolvida, a qual precisa de um planejamento, porque os recursos são muito escassos e precisam ser alocados naqueles setores que estrangulam o seu desenvolvimento econômico. Ora, há um papel enorme para a Sudene desempenhar nessa área, planejando a região, observando onde são os pontos de estrangulamento e examinando como se pode ajudar mais a população a se transformar e a melhorar. Vê-se que 52% dos analfabetos do País estão no Nordeste. É um crime absurdo o que se pratica naquela região. Não há ensino técnico no Nordeste. Estamos, realmente, inconformados com a situação de miséria em que a população se

encontra. É preciso um órgão dinâmico, forte e apoiado, para desempenhar esse papel. Esse órgão, no meu modo de entender, é a Sudene. Penso que ela é prejudicada, hoje, pela existência do Finor junto a ela. O Finor é um fundo público, com vastos recursos — US\$300 milhões por ano —, que é capaz de um processo de corrupção gigantesco. Pegam-se os administradores do Finor e jogam-se sobre eles empresários que têm um senso de oportunidade muito acentuado, capazes de discutir liberação de recursos de alto volume, e, como consequência, ocorre a oferta de recursos a órgão burocrático que se corrompe através desse sistema. É necessário separar o Finor da Sudene. Temos a proposta, incorporada nesse relatório que estamos preparando na Comissão das Desigualdades Inter-Regionais, de que se dê à Sudene um papel de planejador e examinador do complexo regional do Nordeste, assim como a Sudam fará no Norte. Então, a Sudene examinaria e planejará a economia regional, e o Finor seria juntado ao Fundo Constitucional numa entidade financeira chamada Corporação Financeira de Investimentos, que seria uma subsidiária do Banco do Nordeste, uma firma que teria os recursos do Finor e do Fundo Constitucional, e que investiria em desenvolvimento regional. Por exemplo: concluir o Porto de Suape, em Pernambuco; financiar pólos agroindustriais no Estado do Ceará; financiar processos de ocupação do solo através de reforma agrária; financiar uma indústria siderúrgica na região, o que é necessário para que a indústria que utiliza chapa de aço na região não pague 14% a mais de custo porque tem que trazer a chapa do Rio de Janeiro. Então, há pontos de estrangulamento na economia regional que precisam ser tocados, e isso seria feito por essa Corporação Financeira de Investimentos. Essa sugestão está tendo uma reação muito grande em Pernambuco, principalmente na Sudene, porque estão defendendo seus próprios interesses. Estão vinculados a um compromisso antigo, a uma coisa velha e se prendem a isso. É típico das instituições: começam com uma idéia-força, têm uma idéia brilhante, como a Sudene teve: recuperar o Nordeste e mudá-lo; com o tempo, passam a se preocupar com sua própria situação, a se manter e a se perpetuar como instituição. E ainda utilizam a desculpa de que não devemos examinar a Sudene porque o Sul pode nos ouvir e acabar com os benefícios que o Nordeste tem. Sou absolutamente contrário a essa atitude. Devemos ter uma atitude crítica, constante, corajosa em relação à nossa realidade. Devemos ser os primeiros, em face disso, a sugerir as mudanças que devem ser feitas na região. Isso deve partir de nós. Estamos fazendo isso através desse relatório que sai em breve, que é bastante crítico em relação à Sudene, impondo-lhe um novo papel no futuro. Espero que tenha ajudado o Companheiro a esclarecer a questão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Posso dizer, desta tribuna, que o Senador Beni Veras tem realizado um grande trabalho como coordenador dessa Comissão que estuda os problemas do desequilíbrio regional. Naturalmente, como homem do Nordeste, S. Ex^a se preocupa mais, é claro — isso é compreensível —, com os problemas da sua região. E aponta, no seu relatório, essa alternativa para que possamos ter um novo bonde desenvolvimentista na nossa região.

Digo ao Senador Beni Veras que a sua proposta deve ser divulgada e naturalmente vai encontrar a maior repercussão. Já está sendo combatida, a nível da Sudene, porque, como disse o nobre Senador, ela já se apegou àquele modelo

que ela representa e não quer ousar, não quer que se retire nada do que ela representa, hoje, no contexto das suas atribuições.

O Sr. João Calmon — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, ouvindo o seu dramático discurso sobre os problemas que afligem o Nordeste, ocorre-me a idéia de sugerir às Bancadas do Nordeste que liderem um movimento no Congresso Nacional com o objetivo de restabelecer um percentual da receita de impostos federais para o combate às secas.

Esse dispositivo existiu na nossa Constituição até 1964, quando, por incrível que possa parecer, um Presidente da República nascido no Ceará, o General Humberto de Alencar Castello Branco, concordou com a sugestão que lhe havia sido feita pelo hoje Deputado Federal e então Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Diante das revelações de V. Ex^a, diante do drama que o Nordeste tem vivido, drama ainda mais aflitivo depois do cancelamento dessa vinculação, acredito, falando também como descendente de nordestinos, que seria válida uma tentativa. Não há nenhum artigo na Constituição brasileira que proíba o cidadão de sonhar. Vamos, portanto, sonhar com o restabelecimento dessa vinculação, e vamos lutar para que esse sonho se transforme numa esplêndida realidade. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Senador João Calmon, um dos desejos que tenho na vida — V. Ex^a me desculpe por fazer alusão à sua idade — é chegar à sua idade com essa capacidade de sonhar. V. Ex^a, Senador João Calmon, é um homem obstinado e tem essa capacidade de sonhar. Eu, na minha idade, já confesso a V. Ex^a que sou, por incrível que pareça, mais cético, e por isso mesmo não tenho essa ousadia que V. Ex^a tem, essa obstinação. Creio que essa seria uma luta difícil. Na verdade, restabelecer esse percentual seria uma luta muito justa que deveria ser encetada pela Bancada do Nordeste.

Agora, creio que essa idéia seria combatida de uma maneira veemente por conta da imagem que o Nordeste passou a carregar, que é a da indústria da seca e da má administração dos recursos de combate à seca.

Sei que V. Ex^a seria um dos primeiros a se aliar, seria um dos primeiros a se colocar ao nosso lado; mas o comportamento de V. Ex^a não seria certamente o comportamento de outros Senadores de outras regiões como o Sudeste e o Sul do País.

Vou anotar a sugestão de V. Ex^a para a revisão constitucional e pedir a Deus que me dê, nessa idade, a capacidade de sonhar que tem V. Ex^a, para que eu possa sustentar essa luta ao lado do Senador Beni Veras e mais tantos outros representantes da nossa região nordestina.

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede ao nobre orador que procure encerrar suas considerações pois já excedeu de muito o seu prazo, certamente em virtude dos numerosos apartes. Nobre Senador, temos ainda a Ordem do Dia e há outros oradores inscritos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Beni Veras, com a tolerância da Presidência.

O Sr. Beni Veras — Quanto à preocupação do Senador João Calmon, acho que podemos optar pelo seguinte caminho: é um pouco difícil se recompor o Fundo Contra a Seca, mas é possível utilizar um órgão existente, o DNOCS, e através dele canalizar os recursos para a região enfrentar o problema da seca. O DNOCS é um órgão antigo, com 82 anos, e pode ser refeito para prestar esse papel. Houve, por parte do ex-Ministro João Santana, a tendência de extinguir o DNOCS, mas eleitos, no primeiro mês, fomos ao Senador Jarbas Passarinho, que aqui se encontra, com o intuito de solicitar-lhe um prazo de 90 dias para fazermos uma proposta a fim de refazermos o DNOCS. Fizemos essa proposta nos 90 dias prometidos, fomos ao Poder Executivo e procuramos impô-la. Mas, há dois anos lutamos para isso — batemos em todas as portas —, e chegamos a alguma promessa. Estamos agora, junto ao Ministério de Assuntos Regionais e à Secretaria Nacional de Irrigação, concluindo o Projeto do DNOCS, que será ampliado para três áreas importantes que seriam: irrigação, piscicultura e açudagem. Será feito um orçamento de recursos para o Nordeste e com base nele se procurará localizar as se faz necessária a instalação de novos açudes, poços etc, de maneira que a região fique mais ou menos abastecida em termos de água para as emergências. Planeja-se também desenvolver grandes barragens, inclusive a Barragem do Castanhão, no Ceará, a fim de que elas sirvam para irrigar os solos que são próprios para esse fim. No Ceará temos algo em torno de 200 mil hectares possíveis de serem irrigados, que são mais do que suficientes para tornar o Ceará um Estado próspero — isso também ocorre nos demais Estados do semi-árido. O caminho que podemos trilhar no presente momento é formar um grupo de pressão que leve o DNOCS a se tornar um órgão capaz de lutar contra a seca e canalizar para a região do semi-árido os recursos orçamentários que são necessários para que o problema da seca seja enfrentado. Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Presidente, diante da advertência de V. Ex^a, quero apenas agradecer aos Senadores que me apartaram e pedir desculpas ao Senador João Calmon pela alusão à sua idade, mas, na verdade, foi mais uma homenagem a S. Ex^a, por essa capacidade que tem realmente de sonhar, de ousar sobretudo em favor da educação e agora da região Nordeste.

O Sr. João Calmon — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Pois não, Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Tenho a impressão de que as Bancadas nordestinas na Câmara e no Senado estão subestimando o seu poder de pressão. Se somarmos os votos de todos os Deputados e Senadores nordestinos, essa iniciativa pelo menos teria um mérito, não despiendo: voltar a chamar a atenção do País para o drama do Nordeste. A tentativa me parece válida. Uma vez aceita essa sugestão, voltará a ser focalizado esse problema angustioso, dramático, do Nordeste. Essa iniciativa só teria como consequência um benefício adicional para o Nordeste, cujo drama deixou de aparecer com o mesmo relevo, a mesma gravidade, de que nos outros anos ele se revestiu. Fica essa sugestão, nobre Senador Garibaldi Alves Filho, não porque eu tenha profundas raízes nordestinas, mas porque acredito que o Nordeste, depois de ter

recebido esse golpe, durante o governo de um nordestino, tem todo o direito de voltar à luta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Agradeço ao Senador João Calmon e, como já disse, vou me aprofundar nessa sugestão, que é relançar o Projeto do DNOCS na revisão constitucional.

Muito obrigado. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Almir Gabriel — Bello Parga — Beni Veras — Carlos De'Carli — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Gilberto Miranda — Jarbas Passarinho — João Calmon — José Paulo Bisol — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Odacir Soares — Pedro Simon — Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1993

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 357 do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo

Parecer favorável, sob nº 25, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Terceira sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 357 do Regimento Interno, transcorre hoje o terceiro dia de discussão da proposta e apresentação de emenda assinada por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Discussão da proposta de Emenda à Constituição nº 2, em primeiro turno.

O Sr. Jarbas Passarinho — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos notado ultimamente — quando digo ultimamente, refiro-me aos últimos dias — movimentação muito grande, e ontem se juntaram, no que eu chamaria de uma salada russa, ou americana, o patronato e a representação sindical das categorias não-econômicas, em São Paulo, para protestar contra o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

O Senado Federal, ultimamente, tem sido objeto de muita pressão por parte de diferentes setores da economia brasileira. O Presidente da CNI, Senador Albano Franco, fez um discurso cujo preço está pagando aos seus companheiros de patronato. No entanto, em seu discurso, S. Ex^a rendeu-se ao fato de que o império das circunstâncias o obrigaria, naturalmente, a aprovar o imposto, mas mediante emendas que pretende apresentar. Do ponto de vista de S. Ex^a, tais emendas modificariam as maiores desvantagens que hoje são apontadas na introdução do referido imposto.

Ontem, no momento em que tive oportunidade de falar, manifestei minha preocupação com o provisório. Citei até o fato narrado por André Maurois, na sua biografia de Lyautey. Segundo ele, Lyautey, quando conquistou Marrocos para a França, observou que o sultão estava muito humilhado. Então mandou seu general mais jovem procurar o sultão e dizer-lhe que a presença das tropas francesas seria provisória. O sultão coçou a barbicha e disse: "Alá, quando fez o mundo, disse a mesma coisa".

O imposto provisório, se não tomarmos cuidado, ficará definitivo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, parece-me que, embora os banqueiros sejam os campeões da impopularidade nacional — isso até nos livros de sermos nós, como políticos, os campeões — tiveram uma atuação que pareceu lúcida, mostrando que não são os bancos os grandes favorecidos pelo imposto. Eles irão repassar, não serão prejudicados e, automaticamente, quem irá pagar é a comunidade como um todo. Resta saber se isso é, como dizia o Senador Albano Franco, um imperativo da circunstância ou se haveria alguma possibilidade diferente.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. Albano Franco — Com o espírito público que lhe é peculiar e a sua inteligência privilegiada, V. Ex^a aborda em poucas palavras o assunto do momento, no Congresso Nacional e no País, acerca da instituição do IPMF. Aproveito a oportunidade, Senador Jarbas Passarinho, para dizer que essa iniciativa, a qual já vem sendo debatida há cerca de dois anos, era no sentido de atingirmos aquilo que hoje muita gente da sociedade deseja: a questão do imposto único. Ao assumirmos uma posição, inclusive contrariando os nossos interesses empresariais, mas de acordo com a nossa consciência, também vinculamos a nossa posição às emendas. Essas visam corrigir, principalmente a originalidade do projeto. São três as emendas: a primeira visa assegurar definitivamente que o imposto é transitório. Será por apenas 12 meses. Por que isso? Porque, inclusive, este ano, vamos ter a revisão constitucional, quando — se Deus quiser, Senador Jarbas Passarinho e Srs. Senadores — faremos uma ampla reforma tributária que é a esperança, hoje, de toda a sociedade brasileira. A nossa segunda emenda visa assegurar 50% dos recursos arrecadados para pagamento da dívida interna que é, hoje, a razão primordial dos juros exorbitantes e insuportáveis cobrados, atualmente, no mercado financeiro. E a nossa terceira emenda visa reduzir a contribuição do Finsocial, porque alguma coisa de tributação seria diminuída na proposta original do Governo. É por isso que, em favor da governabilidade, dizíamos em nosso pronunciamento que — como Senador e empresário industrial — o empresariado industrial brasileiro não vai ser, nem poderá ser, acusado de inviabilizar a governabilidade. Agradeço as ponderações de V. Ex^a que me dão tranquilidade, principalmente, quanto à minha consciência e ao meu posicionamento neste momento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sem dúvida, a primeira emenda, por exemplo, que V. Ex^a apresenta já reduz no prazo, porque aqui se diz que é provisório, mas irá até o dia 31 de dezembro de 1994.

...“a União poderá instituir, nos termos de lei complementar, com vigência até 31 de dezembro de 1994.”

Se o objetivo, como diz o Senador Albano Franco, é realmente pensar-se em um imposto que substituisse — não sei se poderia substituir — os 51 impostos existentes de uma vez, ou pelo menos reduzi-los, há a necessidade desse novo imposto, contudo, a sua transitoriedade deve ser reduzida.

Fico de acordo com a emenda. Há possibilidade de, durante um ano fiscal e tributário, se chegar a uma conclusão.

Segundo, é fora de dúvida, hoje, que se diz — isso não agradará, naturalmente, ao Presidente da República e, provavelmente, aos seus Líderes, na Casa — que será, também, uma fonte autônoma de inflação.

No caso de pessoas que não têm posses, senão o salário — o meu caso é este: tenho conta no Banco do Brasil que paga os meus subsídios de Senador; tenho conta em outro banco, para o qual transfiro parte desse subsídio, para aplicações. Com o meu cheque de retirada de caixa para o outro banco, implica que já estou pagando imposto a mim mesmo, pois não há operação financeira, já que estou transferindo aquilo que é meu de um banco para outro.

Pelo que se pode verificar, e se essa regulamentação não for feita com cuidado, na verdade, serão os assalariados que vão pagar, a cada cheque emitido.

Ontem, ainda em discussão aqui, falou-se que esse imposto poderia ser o PIB da economia informal. Há até quem admita que o Produto Interno Bruto da economia informal é maior do que o Produto Interno Bruto. Isso é admitido pelo IBGE.

Do meu ponto de vista, é um absurdo! Mas, de qualquer maneira, ele é grande. Que ele atinja essa parte, concordo plenamente, porque é uma disputa justa que se faz hoje entre a chamada economia informal com aqueles que pagam seus impostos religiosamente.

Mesmo quando dizem que não pagam, como o Senador Ney Maranhão, verifica-se depois que foi apenas uma expressão indevida que S. Ex^a utilizou, pois que tem agora uma carta de alforria completa, provando que S. Ex^a paga. É essa a diferença que existe.

Teremos dois papéis a discutir no Senado, em poucos dias: aprovar o imposto, sob que condições, e depois como fazer sua regulamentação em lei complementar.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Jarbas Passarinho, é importante que V. Ex^a tenha mencionado essa reação de diversos segmentos da economia, da sociedade, envolvendo empresários e trabalhadores relativamente à apreciação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras. O Senado Federal está se vendo como objeto da atenção, em escala muito mais acentuada do que o foi a Câmara dos Deputados, quando foi apreciada esta mensagem de emenda constitucional. Na verdade, o Senado vai estar sob o foco da atenção, pelo que se observa agora, com muito maior intensidade do que o foi na Câmara, por isso precisamos estar atentos a esse movimento. É preciso analisar um pouco as razões pelas quais há tanta grita com respeito a qualquer alteração de imposto. A situação é muito delicada. Em boa parte isso decorre por não estarmos tornando suficientemente claro o que é feito com os recursos eventualmente arrecadados, com o Orçamento da União. Cabe-nos responsabilidade, no Congresso Nacional, junto com o Executivo. No ano passado houve falhas na elaboração do Orçamento, que foi aprovado

no dia 19 de dezembro. Já estamos em meados de fevereiro, ou seja, muito além do prazo considerado normal. Entre 19 de dezembro e 8 de fevereiro aconteceram transformações na mensagem aprovada pelo Congresso Nacional, até hoje objeto de análise da Comissão Mista de Orçamento. O Presidente Mauro Benevides havia salientado que, ao longo de 1992, todo o esforço se faria no sentido de evitar problemas com a elaboração do orçamento. Pois bem, estamos no dia entãria. A imprensa, hoje, noticia que o Senador Relator, Mansueto de Lavor, promete para o dia 26 de março, a Mensagem Orçamentária, quando o Prodasen a colocará à disposição de todos. Devemos tê-la impressa até o dia 2 de março. Ora, se nós, Parlamentares, temos dificuldade em conhecer as intenções dos gastos públicos de 1993, a sociedade está completamente alheia ao que se passa. Acredito que o cidadão brasileiro, ao pensar em qualquer acréscimo de imposto, precisa ter uma idéia mais clara do que será feito com o que for arrecadado — precisamos avançar nessa direção. Todos os segmentos da sociedade brasileira, com o exemplo dado pelo Congresso Nacional, devem estar preocupados em esclarecer o destino de cada cruzeiro arrecadado. Caso contrário, haverá essa grita geral contra qualquer imposto. A manifestação de ontem, por exemplo, dos empresários, pelo que pude observar pelas imagens, pelos discursos, era de natureza geral. Não se pensava senão em lutar contra qualquer acréscimo de imposto. Até mesmo o Prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Salim Maluf, que acaba de aumentar o IPTU para grande parte da classe média, também se posicionou contra aumento de qualquer imposto. O IPTU, na capital paulista, aumentou, para grande parte da população, de 0,2% para 0,6%, com exceção dos proprietários de imóveis de grande valor, que tiveram redução de 1% para 0,6%. Aqueles que defendem a idéia do Imposto Único alegam que o IPMF vai causar impacto inflacionário. Pergunto: e o Imposto Único de 1%? Não seria maior do que o índice de 0,25% proposto pelo IPMF? Teria o Imposto Único, substituindo mais de cinquenta impostos, equidade? Uma das vantagens da experiência do IPMF está no fato de se constituir numa análise do que pode ser a introdução do Imposto Único. Se for verdade, como alegaram alguns empresários, que o IPMF resultará em sonegação de impostos, em suspensão da utilização de cheques, imaginem se a alíquota aumentar de 0,25% para 1%. Ocorrerá que, para se obter o mesmo nível de arrecadação, a alíquota deverá ser aumentada para 2%. Haverá novamente a fuga dos cheques e a sonegação; a arrecadação aumentará. O ciclo, portanto, prosseguirá, até que ocorra a inevitável autodes-truição desse imposto. Eu gostaria de ressaltar, Senador Jarbas Passarinho, que precisamos estar conscientes da receita, da estrutura de impostos e das despesas, para que cada brasileiro sinta que seu direito à cidadania está sendo plenamente respeitado e para que a discussão sobre os impostos ganhe maior racionalidade.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quer dizer que eu posso concluir que V. Ex^a defende a proposta, como está?

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Jarbas Passarinho, avalio que o Congresso Nacional, hoje, precisa ter responsabilidade para suprir recursos, em vista dos compromissos que impôs ao Tesouro Nacional. Ao longo desses últimos dois anos, por exemplo, ressaltai que seria demasiadamente pesado, para o Brasil, arcar com as dívidas assumidas junto aos credores internacionais. Expus que estaríamos impondo aos brasileiros uma carga que estaria além da nossa capacidade

de pagamento, a não ser que houvesse emissão de moedas, de *seignorage*, ampliando o endividamento interno. Isso vem acontecendo nos últimos meses, numa escala maior do que a adequada para compatibilizar as metas de estabilidade de preços e de retomada de crescimento. Fui voz minoritária; foram aprovados os acordos. Como o Congresso Nacional, agora, adotará medidas para tentar equilibrar as contas governamentais? Não creio que seja sempre necessário um Governo evitar qualquer déficit. Muitas vezes, um déficit orçamentário constitui medida correta e adequada de política econômica, especialmente para levar adiante uma tendência de retomada de crescimento. Precisamos — se não desta — de outra alternativa. O IPMF foi o que sobrou da proposta do Governo sobre Ajuste Fiscal. Não considero esse imposto ideal; há limitações, como ocorre em relação ao Imposto Único. Preocupo-me, assim como V. Ex^a, sobre o que fazer diante do dilema que ora se apresenta. Temos alguns dias para a decisão.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É temeridade minha, nobre Senador, trocar opiniões, sobre este tema, com V. Ex^a, que é um economista brilhante. Aliás, confesso que tenho uma particular aversão à área tributária. Quando fui Governador, havia apenas um imposto — o Imposto de Vendas e Consignações — e foi mais fácil eu me assenhorear da situação. Quando discutimos, na Constituinte, sobre tributos, verifiquei algo surpreendente — V. Ex^a não nos dava a honra de estar presente ao Congresso — : havia um partido monolítico — não era o de V. Ex^a, nem o meu, era o partido monolítico dos tributaristas — que juntava desde o Dr. José Serra até o Dr. César Maia, desde o Dr. Roberto Campos até o Dr. Dornelles; eles trabalhavam juntos e nos deram essa Constituição que está aí, no campo tributário, onde, indiscutivelmente, vai ser muito difícil a União conseguir reaver a sua possibilidade de ter recursos próprios como tinha antes, a partir do momento em que se fizeram essas transferências para os estados e os municípios, sem ao mesmo tempo determinar que esses estados e municípios tivessem a responsabilidade da execução de tarefas.

Lembro-me que até o Dr. Delfim disse uma vez: — Quero ver, agora, o Piauí construir uma hidrelétrica! E ficamos com esse problema geral.

V. Ex^a aproveitou, com a habilidade de político brilhante que é, a oportunidade do aparte para dar uma alfinetada no Prefeito de São Paulo, Presidente do meu Partido. Mas não me consta que S. Ex^a tenha criado um novo imposto. Até estou estranhando — não estou a par do assunto — porque se dizia muito que a Prefeita Erundina é que tinha criado IPTU extremamente gravosos, violentos contra a população. Mas eu só me permitiria discordar num ponto: não se trata, evidentemente, de um novo imposto; ele estaria aumentando uma alíquota.

Aqui, no caso, estamos criando um novo imposto, e esse novo imposto pretendia ser, pelo que se discutiu, em política tributária e em ajuste fiscal, uma substituição de alguns dos impostos que pesam, hoje, sobre a sociedade brasileira e, muito especialmente, como fonte autônoma de inflação, como o Finsocial.

A outra parte a que V. Ex^a se refere já é diferente, é relativamente à forma de gastar os recursos ou de desperdiçá-los. Ontem tivemos oportunidade de debater, e tive a honra de receber o aparte de V. Ex^a sobre a política nacional de segurança alimentar que o PT apresentou. Eu mostrei que o desperdício demonstrado pelo jornal *O Globo* era da ordem

de 180 trilhões de cruzeiros. Se esses desperdícios fossem evitados, não haveria necessidade de se adotar de novos impostos, porque haveria até 54 trilhões a mais do que se pretende obter em termos de arrecadação.

Concordo com a observação muito objetiva, muito realista de V. Ex^a, quando eu disse que precisávamos proporcionar ao Governo os meios para que ele possa ter condições de governar o País. Temos que ter cuidado, provavelmente, na hora de fazer esta lei complementar.

E gostaria de acrescentar ainda, Sr. Presidente, o seguinte: V. Ex^a tem presidido as sessões e tem colocado essa questão em discussão. Mas a matéria não foi ainda discutida e, se não me engano, esse já é o terceiro dia. Teremos, pelo Regimento, mais dois dias de discussão. Quando iniciarmos a semana que vem não discutiremos mais a matéria, ela já estará praticamente com o prazo de discussão preterito. Então, é estranho que o Senado esteja silencioso sobre a matéria e que, através da leitura dos jornais, apenas tenhamos notícias de que o Presidente ficou irritado com esta ou aquela manifestação, sem sabermos o que se passa realmente. Porque, veja V. Ex^a, embora não tenha visto o braço sindical do partido de V. Ex^a lá na reunião, não sei se esteve, vi a Força Sindical — é uma liderança sindical, indiscutivelmente, tem seu valor — protestando violentamente contra o imposto, ao lado da Fiesp. Classifiquei o fato de uma "salada real". Antigamente, chamava-se de salada russa ou americana, a salada composta de vários ingredientes ao mesmo tempo.

Estou lastimando, Presidente Chagas Rodrigues, que V. Ex^a vá presidir, seguramente, mais duas sessões, onde a matéria não será discutida, para que, em seguida, tenhamos apenas o prazo exíguo do encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — (PT — SP. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) — Sinto-me, Senador Jarbas Passarinho, com a responsabilidade de fazer uma reflexão sobre o IPMF, no que concerne à responsabilidade que teremos pela frente ao discutir esse imposto. Em especial, o Senado precisa estar sensível às manifestações de toda a sociedade brasileira. Esclareço ao nobre Senador Jarbas Passarinho que, pelo que pude observar pelo noticiário, estava presente, ontem, o Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores, Gilmar Carneiro, que, inclusive, é Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, mas não estava ainda oficialmente em nome da CUT. Aliás, quero observar que a CUT não é propriamente o braço sindical do Partido dos Trabalhadores; é uma Central Única dos Trabalhadores, independente do PT, ainda que sua direção tenha grande familiaridade com este Partido. O Presidente da CUT, o seu secretário-geral e seus diretores, quase todos, coincidentemente são membros do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Jarbas Passarinho — O aparte oportuno seria em vice-versa, como diz o ilustre Senador pelo Maranhão. Parece-me que a CUT é tão independente do PT como o PT deve ser independente do sindicalismo.

O SR. EDUARDO SUPLICY — É fato, e V. Ex^a conhece bem a história deste País, que o Partido dos Trabalhadores nasceu sobretudo dos movimentos sociais e da luta sindical. Então, procede a observação de V. Ex^a. Mas não considero que seja, digamos, um braço do meu Partido.

O Sr. Jarbas Passarinho — Se V. Ex^a me permite a provocação: está perdendo o local de origem; está sendo praticamente varrido da sua área natal, que foi o ABC.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Ao contrário. Em todas as cidades do ABC, o Partido dos Trabalhadores teve uma votação muito expressiva.

O Sr. Jarbas Passarinho — Perdeu as prefeituras...

O SR. EDUARDO SUPLICY — Tanto é que venceu em Diadema, e em Santo André, em São Bernardo e em São Caetano, os candidatos a prefeito tiveram uma votação superior a 30 e 40%. Portanto, constitui-se ainda um Partido muito forte. O que ocorreu foi a união de diversos partidos, do PTB, do PDS, do PFL, do PMDB para enfrentar este meu Partido que — repito — lá continua muito forte.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas, como um bom economista, V. Ex^a não pode, evidentemente, ignorar a aritmética. No caso, o Partido de V. Ex^a era majoritário no ABC, e nas três cidades perdeu. V. Ex^a trouxe o D para o seu argumento, que é Diadema. Falei no ABC. Onde V. Ex^a se baseou para defender a vitória foi no D, que, como sabemos, tem a influência do famoso parente do Presidente Lula, o Chico. Não foi ele o grande responsável pela vitória? Aliás, não pertencia ao PT, era mais ligado ao Partidão.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sim, mas o Frei Chico é de São Caetano: Quem é de Diadema, Senador Jarbas Passarinho, é uma das maiores lideranças em São Bernardo, porque Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo, do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, porque ele mora e é cidadão de Diadema.

Mas o PT continua forte no ABCD. Aliás, ABC — permita-me, Senador Jarbas Passarinho — é o nome que se dá para toda a região, não apenas das cidades que começam com André, Bernardo e Caetano, mas também para cidades como Diadema, Rio Grande da Serra, Mauá, e outras ali da região.

O Sr. Jarbas Passarinho — Um dia, com mais tempo, V. Ex^a me dará essa lição completa. Por enquanto, ainda fico em dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY — V. Ex^a mencionou o Prefeito Paulo Maluf. Reconheço que S. Ex^a ganhou em São Paulo; mas, em debates pelas emissoras de televisão, eu fazia uma proposta para que se introduzisse, na cidade de São Paulo, o chamado bilhete integrado, bilhete único, que poderia ter diversas formas; poderia ser um bilhete como o que existe nas cidades de São Francisco, Toronto, Milão, Roma e outras. Em São Francisco, um bilhete vale por duas horas; em Milão, 75 minutos, e a pessoa pode tomar tantas conduções quantas desejar nesse intervalo de tempo.

Assim, em contraposição à proposta do Prefeito eleito na cidade de São Paulo, Paulo Maluf, de construção de 23 terminais de integração, eu dizia que era muito melhor o bilhete de integração, o bilhete único, do que ter a integração possível em apenas 23 ou 25 pontos da cidade; mas S. Ex^a argumentava que a minha proposta só valia para cidades pequenas, como São Francisco, e não para uma metrópole como São Paulo.

Pois bem, fico contente em saber que, conforme foi anunciado nesta semana, a Secretaria Municipal de Transporte e o Prefeito Paulo Maluf estão estudando o que eu havia proposto nos debates, ou seja, a proposta de um bilhete que

vale por um dia, por uma semana, por um mês, e obviamente, se quiser, pode usar a proposta que vale por dois dias. Inclusive, estou encaminhando a S. Ex^a um folheto contendo diversos tipos de bilhete, tais como: por 75 minutos, por dia, por semana, por mês, para idosos, aposentados, jovens, estudantes. Quer dizer, é um conjunto de dez tipos diferentes de bilhetes, que existem, por exemplo, na cidade de Milão, com 2 milhões de habitantes, e onde funcionam muito bem desde 1970.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas ele aceitou a proposta de V. Ex^a e a executou.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Não, ainda não executou. Como cidadão, posso propor isso.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas vai executar. Então, V. Ex^a há de convir que é um homem que tem capacidade de receber boas idéias e executá-las, mesmo vindas dos seus opositores. Quando V. Ex^a disse que ele foi eleito lá — e usou qualquer expressão mais aí — não me pude conter de repetir: para sorte nossa do Senado, porque assim contamos com V. Ex^a de segunda a sexta-feira aqui, no exemplo permanente do bom Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Obrigado, Senador Jarbas Passarinho.

Eu gostaria de abordar aqui o que podem ser vantagens e desvantagens do IPMF, até para, refletindo e pensando alto, colaborar para a decisão que vamos ter que tomar.

O Governo dá-nos conta de que há um rombo, um déficit muito significativo. Parte deste déficit, inclusive, decorre, como salientei, das obrigações de pagamento do serviço da dívida externa aos credores internacionais, lembrando que a Resolução nº 80/90, do Senado, diz que só poderíamos aprovar aqui compromissos para pagar credores internacionais desde que houvesse capacidade de pagamento, capacidade essa que é definida pela Resolução nº 80/90 como a diferença entre as receitas e as despesas do Governo, mais as necessidades de financiamento não inflacionário do desenvolvimento econômico. Isto é exatamente o que significa o *seignorage*, o aumento da base monetária necessária para financiar o desenvolvimento de forma não inflacionária. Alertei para o fato de estarmos aqui atendendo a solicitações dos credores externos além da nossa conta.

Ainda ontem, ao receber a visita de senhores representantes do Governo da Grã-Bretanha, disse-lhes, quando me perguntaram sobre a minha visão, que eu procurava seguir, com respeito a este assunto, alguns ensinamentos de um grande economista inglês, John Maynard Keynes, que dizia, no seu livro "As Consequências Econômicas da Paz", que não se poderia exigir da Alemanha — isto ele escreveu em 1919 — que pagasse as reparações de guerra além da sua capacidade. Se a Inglaterra, a França e os Estados Unidos a obrigassem a fazer isso, iria acabar em tragédia, como acabou acontecendo, e a lição só foi aprendida após a Segunda Guerra Mundial, quando os governos vencedores, então, em especial os Estados Unidos, instituíram o Plano Marshall.

Assim, o que está comprovado agora é que não tínhamos, de fato, capacidade de pagamento; não tínhamos a diferença entre a receita e a despesa governamental com sobra suficiente para pagar todos os compromissos a que nos estamos obrigando pelos acordos aprovados. Então, agora, o Governo precisa nos colocar a inevitabilidade de ir buscar mais recursos para enfrentar as suas despesas, e aí estão colocadas necessi-

dades. Inclusive, na Câmara dos Deputados, salientou-se a necessidade de se obedecer à Constituição. Assim, pelo menos 18% têm que ir para a educação; colocou-se ali que os recursos para a educação em boa parte têm que ser para os menores carentes, cujas oportunidades de acesso à educação estão inviabilizadas hoje; também colocou-se como importante que boa parte desses recursos seja para a habitação popular em especial, ainda mais em função do déficit que existe.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a ainda uma pequena interrupção?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — É sobre uma dúvida que eu gostaria de esclarecer com V. Ex^a, que é altamente credenciado como conhecedor da matéria. Quando eu ainda participava do Governo, na preparação do Orçamento que ia ser enviado ao Congresso, tive uma surpresa: nossos encargos com o pagamento da dívida interna representavam o dobro, em relação ao PIB, dos encargos com o pagamento da dívida externa — esta, se a memória não me trai, era pouco acima de 1% do PIB; e os encargos com a dívida interna — que V. Ex^a sabe que está brutal no País — exigiam mais de 2% do PIB. Concorro, plenamente, em que toda e qualquer possibilidade de renegociar a dívida — e isto eu já fazia ainda ao tempo em que representava o Governo aqui — deve ser estimulada. É aquela frase do Dr. Tancredo Neves, que depois ficou famosa: "Não se deve pagar a dívida com a fome do povo". O exemplo que V. Ex^a cita, da Alemanha, é perfeito. Tive a oportunidade de ler a respeito do que aconteceu a partir do momento em que a Alemanha foi obrigada a fazer aquele pagamento; ela perdeu também área territorial, mas, depois, graças ao influxo de dólar americano, ela teve a sua economia restabelecida. É evidente que quanto menor a nossa responsabilidade com esse pagamento, melhor para nós. Mas pergunto a V. Ex^a se, neste caso, caberia a observação feita por um economista nosso, do Parlamento — não me lembro qual foi — de que deveríamos usar parte das reservas, e já chegamos a ter 20 bilhões de dólares, para aliviar também o pagamento da dívida interna.

O SR. EDUARDO SUPPLY — A questão que V. Ex^a levanta é de grande relevância. O economista e Deputado Antônio Delfim Netto, do PDS, tem ressaltado, nesses últimos tempos, que o Governo se havia utilizado do lançamento de títulos, oferecendo taxas de juros significativamente altas para atrair recursos do exterior, que, por sua vez, ajudaram a aumentar as reservas. Por isso é que S. Ex^a salientava que as reservas foram elevadas em três ou quatro bilhões de dólares além do que ele avaliava como o necessário. Isso tem a ver com a nossa decisão a respeito e com a proposição do Senador Albano Franco — que ouvi agora — de que 50% do IPMF deveriam, então, ser destinados ao pagamento dos serviços da dívida interna. Avalio que esta proposição deve ser analisada com prudência.

Vejam-se se estou correto no meu modo de pensar. O Governo adquiriu divisas, em parte, para pagar os credores internacionais e, em parte, para aumentar as suas reservas. Houve alguns instrumentos para que isto acontecesse: boa parte foi a emissão de moeda além do necessário para financiar o desenvolvimento sem inflação; noutra parte, foi através do endividamento interno, que tem, por característica, exatamente a emissão de títulos, oferecendo-se taxas de juros muito atrativas. Isso tem, como contrapartida, taxas de juros altas

no mercado, se bem que fazem com que o Governo consiga vender os seus títulos, mas a um custo muito alto.

Então, na proposição orçamentária que estamos aqui por apreciar, é fato, Senador Jarbas Passarinho, que uma parte ainda maior do que nos anos de 1991 e 1992 será destinada ao pagamento dos serviços da dívida, tanto externa quanto interna, maior e crescentemente mais para a interna, em boa parte decorrente desse encaminhamento a que estamos assistindo.

Ainda ontem, no diálogo dos *Líderes de Partidos* com o Presidente Itamar Franco, houve um momento em que se abordou a preocupação com o endividamento interno: o que fazer? Não houve ali uma decisão. No próprio diálogo com o Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, quando o economista e Deputado Aloizio Mercadante mencionou a preocupação com a estabilidade, houve, também, uma preocupação do Presidente relativamente ao que fazer com o endividamento interno; e, a exemplo do que já havia feito com outros partidos — mencionou inclusive o diálogo tido com economistas do PDS, como o Deputado Antônio Delfim Netto — disse que está interessado em ouvir proposições. Acho que não será fácil o encaminhamento. O Deputado Delfim Netto colocou a proposição de, simplesmente, o Governo utilizar três a quatro bilhões de dólares das reservas para construir estradas.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nesse caso, Delfim Netto não estaria seguindo o conselho de Keynes, de investimento do Estado para esse fim, ao qual os neoliberais — esses, sim, neoliberais — são totalmente opostos?

O SR. EDUARDO SUPLY — Antônio Delfim Netto é um economista muito mais do que neoliberal. Outro dia, ouvi de meus companheiros uma condenação da política neoliberal do Governo. Eu disse: “Esperem lá, é preciso analisar esta palavra pelo menos com mais cuidado.”

O Sr. Jarbas Passarinho — E com conhecimento de doutrina.

O SR. EDUARDO SUPLY — Sofisticaram, porque, de repente, atribui-se a expressão neoliberal para economistas tão diversos como Roberto Campos, Delfim Netto, Paulo Haddad e Marílio Marques Moreira.

Quando o ex-Ministro Delfim Netto propõe a injeção de recursos em estradas, isto é tipicamente uma política, vamos dizer, na tradição keynesiana, é verdade. Há dificuldades para isso, porque entendo que somente poderia ser feito na medida em que o Congresso Nacional, no exame do Orçamento, destinasse recursos para tal finalidade. E poderíamos até fazê-lo, porque a recuperação das estradas constitui, sem dúvida, uma das prioridades importantes. Há outros objetivos de grande significado, como o combate à pobreza e à fome. O que seria mais adequado, se tivéssemos que optar, digamos, entre o imposto de renda negativo para combater a fome ou a injeção de recursos em estradas? Seria possível uma combinação de ambas as coisas?

Por exemplo, o Senador Garibaldi Alves Filho mencionou, hoje, as prioridades no Nordeste, levantando a necessidade de atacarmos o problema da fome, da seca, do desemprego. Eu, por exemplo, avalio — e algumas vezes já dialoguei com S. Ex^a sobre isto — que o imposto de renda negativo teria uma peculiaridade muito interessante, que seria a de prover de recursos aqueles que realmente estão em necessidade ali onde eles estão, seja no interior do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Pará, ou do Amazonas. Essa medida

teria, inclusive, grande efeito sobre os movimentos migratórios no País.

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPLY — Pois não, Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador, a sugestão do Deputado Delfim Netto não se limitava apenas a um investimento na área social, mas creio que S. Ex^a advogava um programa de rápido retorno, no sentido de apressar o crescimento econômico. Gostaria de ouvi-lo a este respeito também.

O SR. EDUARDO SUPLY — Há um sentido importante de urgência na proposição do Deputado Delfim Netto. S. Ex^a vislumbrou a disponibilidade de recursos que estão, no momento, em mãos do Governo, e apontou, obviamente, uma das necessidades prementes, que é a recuperação das estradas. Segundo S. Ex^a, isto facilitaria o escoamento da produção, que, por sua vez, garantiria um retorno econômico rápido, que poderia ser um ativador, um catalisador da atividade econômica.

Acho que faz sentido. Trata-se de uma proposição para ser estudada com seriedade, e o Ministro Paulo Haddad a está encarando com cuidado, mas por uma outra razão. O que se sabe da história do volume de reservas é que ele é modificável a curto prazo, dependendo de eventuais crises, às vezes até por fatores externos, como eventualmente uma guerra no Oriente Médio. São eventos que fazem com que quem está com a mão na massa, quem está no Governo tenha uma responsabilidade maior do que quem está de fora, apenas e simplesmente fazendo sugestões.

Acho, contudo, que a proposta do Deputado Delfim Netto é merecedora de reflexão séria. Li que o Governo achou que há algumas limitações à sua execução, porque, afinal, não colocamos no Orçamento da União a possibilidade de se utilizar as reservas da maneira como propôs o Ministro Delfim Netto. Mas, como o Ministro Delfim Netto foi por doze anos o que se denominou o czar da economia — Ministro do Planejamento e da Fazenda — e, portanto, conhece em profundidade esses mecanismos, então, a pressuposição que tenho, e que as pessoas certamente têm, é de que ele não faria tal proposição se soubesse que ela é inviável. Precisamos, então, estudar essa proposição com seriedade.

Entendo, sobretudo, que devemos estimular o Governo a ter uma proposta de curto prazo que envolva estabilidade de preços, retomada do crescimento e erradicação da pobreza, porque o tempo urge, e o Governo agora só conta com 23 meses e alguns dias pela frente. É preciso pensarmos juntos sobre o problema.

Quero até salientar, nobre Senador Jarbas Passarinho, que ainda na semana passada — gosto de dialogar com meus oponentes no campo da política, como aqui faço com V. Ex^a — eu disse ao Deputado Delfim Netto que gostaria muito de lhe falar e marquei com S. Ex^a uma data próxima, ainda sem horário definido, para dialogarmos sobre o imposto de renda negativo, proposta que S. Ex^a acha interessante, até porque essa proposição será examinada proximamente na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Proposta de Emenda à Constituição nº 2 continua em discussão

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista a controvérsia que está existindo em torno do IPMF, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª e sensibilizar a Liderança do Governo no sentido de que convidasse a voltar a esta Casa o Ministro Paulo Haddad. É verdade que S. Exª esteve na semana passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas essa Comissão, como é óbvio, reúne apenas alguns Senadores, e o Ministro poderia dar maiores explicações a respeito do IPMF, dessa vez no plenário desta Casa.

Eu, pelo menos, sou um dos Senadores que pretende votar a favor da cobrança desse imposto. Acredito que o Governo tem deveres para com a opinião pública numa hora em que se faz contra esse imposto uma campanha muito grande. À frente dela estão empresários e lideranças sindicais.

Assim, seria da maior oportunidade, Sr. Presidente, que pudéssemos ter aqui de volta o Ministro da Fazenda, para que S. Exª nos desse maiores explicações, principalmente agora, quando novos argumentos estão sendo lançados contra o IPMF.

Era essa a sugestão que queria fazer a V. Exª, que pode articular, então, com o Líder do Governo nesta Casa, Senador Pedro Simon, que, no momento, não está presente, e com as outras Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, a sugestão de V. Exª foi ouvida com atenção e será encaminhada ao Sr. Presidente do Senado para os fins julgados devidos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não havendo mais quem queira discutir, na sessão de hoje, esta proposta de emenda à Constituição, a discussão terá prosseguimento na próxima semana, na sessão ordinária de terça-feira, porque, na segunda-feira, dar-se-á a instalação da nova Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de terça-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1992
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358 do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1992, de autoria do Senador José Eduardo e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (5ª Sessão de discussão.)

— 2 —

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 357 do Regimento Interno)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputa-

dos), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 25, de 1993, da Comissão

— De Constituição, Justiça e Cidadania. (4ª Sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h15min)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 33, de 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010801/92-8, resolve transferir o servidor Antonio Mansur, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, para categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 34, de 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 017295/91-2, resolve transferir o servidor Antonio Alves dos Santos, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Transporte, Classe "Especial", Padrão V, para categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 35, de 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015363/92-9, resolve transferir o servidor Paulo Antonio Ferreira Lepletier, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, para categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 36, DE 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009092/92-7, resolve transferir o servidor Walmir de Castro Santos, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, para a Categoria funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — **Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.**

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 37, DE 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015878/92-9, resolve transferir o servidor Domingos Fernando do Nascimento Salgueiro, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, para a Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, de acordo com o disposto § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — **Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.**

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 38, DE 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 015708/92-6 e 016435/92-3, resolve transferir o servidor Otavio Mariz de Faria Júnior, ocupante da Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, para a Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Administração, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 23, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no artigo 418, inciso I, do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — **Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Márcio Lacerda — Saldanha Derzi — Iram Saraiva.**

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 39, DE 1993

Determina a abertura de concurso público para preenchimento de vagas existentes no Quadro de Pessoal do Senado Federal.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar e tendo em vista a existência de vagas no Quadro de Pessoal do Senado Federal criadas pela Resolução nº 79, de 1992, resolve:

Art. 1º Determinar a abertura de concurso público para preenchimento de vagas nas Categorias funcionais de Analista Legislativo-Área de Farmácia 2 (dois) cargos, e na de Técnico

Legislativo-Área de Radiologia, 4 (quatro) cargos; Área de Reabilitação, 6 (seis) cargos e Área de Odontologia, 10 (dez) cargos.

Art. 2º Delegar competência ao Diretor-Geral do Senado Federal para designar a Comissão Organizadora para, sob a sua Presidência, aprovar as respectivas instruções normativas, homologar a classificação dos candidatos, julgar recursos em última instância, expedir Editais e demais Atos necessários à execução do concurso público, podendo estabelecer e firmar convênio e termos aditivos com instituição idônea, conceituada e apta a participar da execução do concurso, em suas diversas fases, desde a inscrição de candidatos até a elaboração da listagem final dos habilitados, e designar as Bancas Examinadoras que irão presidir a sua realização em cada área específica.

Art. 3º No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Ato, o Diretor-Geral providenciará a publicação, por uma vez, no Diário Oficial da União e no Diário do Congresso Nacional, Seção II, o Edital com as instruções do concurso público, para cada área específica, e em 2 (dois) jornais de grande circulação, a notícia do concurso com resumo do Edital.

Art. 4º A Comissão Organizadora poderá convocar órgão e requisitar servidores do Senado Federal e dos seus órgãos à execução do concurso público de que trata o artigo 1º deste Ato.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Ato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Senado Federal.

Art. 6º O presente concurso terá a validade de 2 (dois) anos, prorrogáveis, mediante Ato da Comissão Diretora, por igual prazo, por uma única vez.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1993. — **Mauro Benevides — Carlos De'Carli — Saldanha Derzi — Márcio Lacerda — Iram Saraiva.**

ATO DO PRESIDENTE
Nº 94, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, resolve exonerar Ana Matildes de Oliveira do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS — 1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Quarto Secretário, Senador Iram Saraiva, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 10 de fevereiro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 95, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, resolve exonerar Raymar

Leite Santos, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código SF-DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Quarto Secretário, Senador Iram Saraiwa, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 10 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 096, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, resolve exonerar Hugo Rodrigues Figueiredo do cargo, em comissão, de Secretário parlamentar, Código AS — 1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do gabinete do Segundo Secretário, Senador Marcio Lacerda, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 097, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve *ad referendum* da Comissão Diretora, revogar o Ato do Presidente nº 43, de 1992, publicado no DCN II, de 12-2-92, que dispõe sobre a vinculação da Subsecretaria de Serviços Gerais à Secretaria Administrativa.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 098, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Mariângela Gonçalves Cascão para exercer o cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete do Presidente do Senado Federal, Código SF-DAS-101.4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 099, de 1993

O presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Estela Maris de Souza Moscoso, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer o cargo, em comissão, de Diretora da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio Código SF-DAS-101.4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 100, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a

delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve exonerar, a pedido, Evaldo Gomes Carneiro Filho, Analista Legislativo, Área Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão IV, do cargo, em comissão de Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais Código SF-DAS-101.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 101, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear José Jabre Baroud, Analista Legislativo, Área de Orçamento Público, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer o cargo em Comissão de Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, Código SF-DAS-101.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 102, de 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 017.312/92-2, resolve aposentar, voluntariamente, Mirtó Fraga, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo — DAS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Especial, nos termos do artigo 4º, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim como o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 12 fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

PORTARIA

Nº 03, de 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 283 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista do disposto no artigo 574, § 1º, do mesmo Regulamento, resolve, designar Mário Sérgio da Silva Martins, Analista Legislativo, Stel Nogueira da Gama, Analista Legislativo, e Rubens do Prado Leite, Analista Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nºs 002.080/93-1 e 002.081/93-8.

Senado Federal, 12 de fevereiro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DIRETORA

1ª reunião extraordinária

realizada em 27 de janeiro de 1993

Às dezoito horas do dia vinte e sete de janeiro de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Dire-

tora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Carlos Alberto De'Carli, Segundo-Vice-Presidente, Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário, Marcio Lacerda, Segundo Secretário, Saldanha Derzi, Terceiro Secretário, Iram Saraiva, Quarto Secretário, Lavoisier Maia, Meira Filho e Beni Veras, Suplentes.

O Senhor Presidente dá início à reunião e concede a palavra ao Senhor Segundo Vice-Presidente, que submete ao exame dos presentes:

a) pedido do Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, no sentido de lotar naquela representação 3 (três) Guardas de segurança.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer favorável à solicitação.

b) requerimento do servidor Aldo A. Zagonel dos Santos, solicitando autorização para concluir Curso de Doutorado (PhD) em Informação Legislativa e Políticas Públicas, na Universidade Estadual de Nova Iorque — Estados Unidos.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer favorável à solicitação.

Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que submete ao exame dos presentes:

a) proposta de Ato da Comissão Diretora que altera a base de incidência dos fatores de ajuste da Gratificação de Atividade Legislativa, da qual havia pedido vista em reunião anterior.

Os presentes, após discussão, aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação;

b) abaixo-assinado de servidores da Subsecretaria de Taquígrafia solicitando a isenção do registro eletrônico de frequência, no qual propõe, após uma explanação sobre o assunto, seja mantido o registro eletrônico de frequência para os servidores daquela Subsecretaria, que deverá ser feito diariamente, sugerindo, no entanto, que o eventual débito de um dia possa ser compensado por crédito de outro, devendo a Subsecretaria de Administração de Pessoal regulamentar considerando essa flexibilidade na apuração das horas trabalhadas.

Os presentes, após discussão, aprovam a proposta do Senhor Primeiro Secretário.

c) Processo nº 020556/91-8, em que Antonio Thomé requer enquadramento de sua situação funcional, apresentando voto em separado ao Parecer do Relator, Senhor Primeiro Vice-Presidente, concluindo o voto contrariamente ao pleito apresentado e propondo Anteprojeto de Resolução que extingue os cinco cargos em comissão de Assessor do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

Após debates, os presentes aprovam o voto em separado do Senhor Primeiro Secretário e assinam o respectivo Projeto de Resolução, que é encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Senhor Presidente, então, passa a palavra ao Senhor Segundo Secretário, que leva ao exame dos presentes:

a) parecer ao Processo nº 009092/92, no qual o servidor Walmir de Castro Santos, Técnico Legislativo, Área de Segurança, requer a sua transferência para a Área de Processo Legislativo, no qual conclui favoravelmente, observado o pressuposto da existência de vaga.

Após discussão, os presentes aprovam o parecer.

b) parecer ao Processo nº 013382/90-0, com o Relatório Final da Comissão de Alienação designada pela Portaria nº 10/91, da Diretoria-Geral, referente ao Leilão de Bens nº 1/91, promovido pelo Senado Federal em 19 e 20 de abril de 1991, no qual conclui pela homologação do resultado daquele leilão.

Após discussão, os presentes aprovam o parecer.

Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Terceiro Secretário, que leva ao exame da Comissão Diretora:

a) parecer ao Processo nº 010898/92-1, que trata da revisão do processo administrativo que resultou na demissão do ex-servidor Ricardo Vargas, no qual conclui pela sua reintegração ao Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma da lei, de acordo com a conclusão da Comissão de Revisão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 68, de 1992, do Senhor Primeiro Secretário.

Após discussão, o parecer é aprovado pelos presentes;

b) parecer favorável ao Processo nº 018111/92-0, em que o Senhor Senador Flaviano Melo solicita ressarcimento de despesas médicas, realizadas em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

Após discussão, o parecer é aprovado pelos presentes.

c) parecer favorável ao Processo nº 016818/92-0, em que a entidade OASSAB — Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília solicita a doação de diversos bens do Senado Federal, considerados inservíveis e antieconômicos.

Após discussão, o parecer é aprovado pelos presentes.

A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Quarto Secretário, que submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) parecer aos Processos nº 017064/92-9, 012939/92-7, 018189/92-0 e 018624/92-8.

Após discussão, o parecer é aprovado pelos presentes.

b) Expediente em que solicita providências para a homologação do concurso público para Assessor Legislativo do Senado Federal.

Após discussão, a Comissão Diretora determina à Administração que sejam tomadas todas as providências administrativas necessárias à homologação do referido concurso.

c) anteprojeto de Resolução que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências", acrescentando ao gabinete de Senador, eleito Presidente de Comissão Permanente, dois cargos em comissão de Secretário Parlamentar.

Após discussão, os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Projeto, que é encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Beni Veras, Suplente da Comissão Diretora, que apresenta parecer oral aos Anteprojetos de Resolução que reestruturam a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio e a Subsecretaria de Administração de Compras, Contratações e Aliações; e a Subsecretaria de Serviços Gerais (Processo nº 017439/92-2), no qual propõe a anexação dos Anteprojetos ao Anteprojeto de Resolução que trata da Reforma Administrativa do Senado Federal, a fim de ser apreciado na gestão da próxima Comissão Diretora.

Após discussão, a proposta é aprovada pelos presentes.

Por fim, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Diretor-Geral que submete à apreciação dos presentes:

a) Expediente do Diretor do Hospital Regional de Taquatinga solicitando a cessão àquele hospital de diversas caixas de filmes para raios x com validade prestes e vencer a decisão favorável do Senhor Presidente, **ad referendum** da Comissão Diretora.

Os presentes decidem referendar a decisão do Senhor Presidente.

b) Solicitação dos Senadores que ocupam cargos de Ministro de Estado, sobre pagamento da segunda parte da ajuda de custo devida no exercício de 1992.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria, em virtude do afastamento ter-se dado após transcorridos 2/3 (dois terços) do período da sessão legislativa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às dezenove horas e trinta minutos, pelo que eu, João Bosco Altoé, Diretor-Geral, em exercício, e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 27 de janeiro de 1993. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

COMISSÃO DIRETORA

3ª reunião ordinária

realizada em 4 de fevereiro de 1993

Às onze horas e trinta minutos do dia quatro de fevereiro de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente; Levy Dias, Segundo Vice-Presidente; Júlio Campos, Primeiro Secretário; Nabor Júnior, Segundo Secretário; Júlia Marise, Terceira-Secretária; e Nelson Wedekin, Quarto Secretário.

O Senhor Presidente dá início à reunião, passando os presentes ao exame da questão do espaço físico do Senado Federal, particularmente quanto à inadequação dos gabinetes, circunstância que tem gerado manifestações de desagrado dos Senhores Senadores, além de suscitar improvisações, como a junção de duas ou mais salas, sem planejamento ou aprovação prévia. Ao lado de tais inconvenientes, nem todos os integrantes da Comissão e as lideranças dispõem de espaços e instalações adequados ao bom desempenho de suas atividades, consoante, inclusive, queixa transmitida à Comissão Diretora pelo Senhor Líder do PTB, Senador Lourenberg Nunes Rocha.

A esse respeito e depois de explanação do Senhor Primeiro Secretário, todos os presentes intervieram com colocações e sugestões com vista a solucionar tais problemas. O Senhor Presidente assegurou que a Comissão Diretora não vai permitir a ocupação desordenada do espaço físico. A propósito,

delegou competência ao Senhor Primeiro Secretário para promover estudos em torno da matéria, sugerindo a criação de um grupo de trabalho para esse fim, com a participação também dos Senadores Affonso Camargo, Ruy Bacelar e Dirceu Carneiro.

Ao discorrer sobre o tema em debate, o Senhor Presidente lembrou que há dezoito anos o Senado Federal não incorpora qualquer aumento na sua área edificada, mas que existem projetos com tal objetivo, tendo sido essa uma das preocupações por ocasião do cumprimento de sua primeira gestão à frente da Comissão Diretora. Informou estar inteirado das dificuldades apontadas, adiantando que a Comissão Diretora deverá baixar ato estabelecendo critérios para a distribuição de gabinetes aos Senhores Senadores.

O Senhor Primeiro Secretário recebeu ainda delegação da Comissão Diretora para solicitar a devolução, no prazo de 20 dias, de apartamento funcional da SQS 309 não ocupado por Senador.

Às doze horas e trinta minutos, assume a presidência da reunião o Senhor Primeiro Vice-Presidente, Senador Chagas Rodrigues, em virtude da ausência momentânea do Senhor Presidente, que deixou o local para receber, em seu gabinete, o Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Paulo Haddad. Logo a seguir, o Ministro compareceu à Sala de Reuniões, para cumprir os Senhores Membros da Comissão Diretora.

Os assuntos administrativos analisados pelos presentes incluem também o auxílio-moradia, passagens aéreas, remuneração salarial, lotação em gabinetes, Plano de Carreira. O Senhor Quarto Secretário, Senador Nelson Wedekin, fez indagações a respeito da pretendida criação de uma Corregedoria na estrutura do Senado Federal, recebendo a informação do Senhor Presidente de que a matéria é objeto de Projeto de Resolução que tramita na Casa e que deverá ser complementado com a implantação de um Código de Ética.

Por sugestão do Senhor Presidente, e após debate pelos presentes, o Senhor Primeiro Secretário deverá conduzir estudos visando à divulgação das atividades do Senado Federal, assunto a ser entregue a um Grupo de Trabalho, para o qual serão convidados os Senhores Senadores João Calmon, Cid Carvalho, José Fogaça e Júlia Marise.

Por último, ficou decidido, por consenso, que a Comissão Diretora realizará reuniões ordinárias toda quinta-feira, às onze horas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerra a reunião às treze horas e quinze minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata, que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 4 de fevereiro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA

Presidente

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB - PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PTB - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Vice-Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flaviano Melo
César Dias		Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira
Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Álvaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

Mário Covas	PSDB	Fernando H. Cardoso (*)
José Richa		Almir Gabriel
Beni Veras		Chagas Rodrigues
Affonso Camargo	PTB	Lourenberg Nunes Rocha
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro
Levy Dias		Marluce Pinto
Nelson Wedekin	PDT	Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia		Pedro Teixeira
Júnia Marise	PRN	Vago
Albano Franco		Ney Maranhão
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata
Esperidião Amin *	PDS	Jarbas Passarinho

PT
Eduardo Suplicy
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 3515/3516/4354/3341.
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE (19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo
Nelson Carneiro	João Calmon
Pedro Simon	José Fogaça
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior
Ronan Tito	Ruy Bacelar
Humberto Lucena (*)	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho
Lourival Baptista	Raimundo Lira
Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas
José Richa	Jutahy Magalhães
Chagas Rodrigues	Eva Blay
Jonas Pinheiro	Levy Dias
Marluce Pinto	Valmir Campelo
Pedro Teixeira	Darcy Ribeiro
Albano Franco	Júnia Marise
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira

PDS
Jarbas Passarinho
Lucídio Portella
PSB + PT
Vaga cedida para o PMDB (*)
Vago
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Júlio Campos

Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo	Amir Lando
Wilson Martins	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Divaldo Suruagy	Ronan Tito
Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena

PFL

Dario Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Álvares
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Hydekel Freitas	Meira Filho

PSDB

Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso (*)	José Richa

PTB

Marluce Pinto	Levy Dias
Lourenberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
----------------	----------------

PRN

Ney Maranhão	Áureo Mello
--------------	-------------

PDC

Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
---------------	--------------------

PDS

João França	Lucídio Portella
-------------	------------------

PSB + PT

Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
-----------------	------------------

PST

Enéas Faria (*)
Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Louremberg Nunes Rocha

Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares**Suplentes****PMDB**

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações